

A.1.4
NOTÍCIAS
6.7.93

CCF DECIDE PELA INVESTIGAÇÃO DAS DETENÇÕES DE SALAMANGA

● Os "19" vão receber assistência do CICV

Delegações do Governo e da Renamo concordaram ontem durante a sessão da Comissão de Cessar-Fogo (CCF), na criação de uma equipa trilateral integrando representantes da ONUMOZ, para a investigação das circunstâncias em que ocorreu a detenção de 19 cidadãos que ainda se encontram cativos na base de Salamanga-Estatal, distrito de Matutuíne, província do Maputo, apurou o "Notícias" de fonte das Nações Unidas, no local do encontro. Entretanto, o Comité Internacional da Cruz Vermelha (CICV) vai passar a prestar assistência humanitária a cerca de duas dezenas de detidos na base de Salamanga-Estatal.

Na ocasião, foi ainda aceita pelas partes o envio de assistência humanitária aos 19 detidos naquela base da Renamo na província do Maputo através do Comité Internacional da Cruz Vermelha (CICV).

No que toca às reivindicações governamentais sobre o controlo de Salamanga, acordou-se no encontro de ontem no Clube Militar, na capital do país, que o Governo deve refazer as suas alegações e remetê-las novamente à CCF, à luz das regras e dos regulamentos que norteiam o princípio das notificações canalizadas àquele órgão criado na sequência do Acordo Geral de Paz.

Em Dezembro passado, o Governo enviou uma queixa às Nações Unidas notificando-as da ocupação da antiga machamba estatal de Salamanga, para onde a Renamo transferiu efectivos de guerrilheiros que se encontravam numa outra base do movimento, após a assinatura dos acordos de Roma.

Ainda durante os trabalhos de ontem, a CCF aceitou investigar de imediato quatro das oito violações remetidas ao órgão, mas a fonte contactada pelo nosso matutino escusou-se entrar em pormenores sobre os locais e datas em que ocorreram, à excepção do "caso" Salamanga-Estatal.

Espera-se, entretanto, que esta manhã a CCF realize no Clube Militar

uma reunião técnica para iniciar as investigações.

GORONGOSA AINDA NÃO DECIDIU SOBRE A SORTE DOS 19 DETIDOS

Na sexta-feira última falhou na base a soltura dos 19 detidos pela Renamo na base de Salamanga-Estatal, devido à uma contra-ordem que o Major-General Hermínio Morais recebeu da sede da organização, Gorongosa, na província central de Sofala, de onde deve ser emanada a decisão final decorrente de consultas entre o comando militar e a direcção política da organização.

O chefe da delegação da Renamo na CCF disse na ocasião ao jornal "Notícias" que os 19 detidos — entre os quais oito polícias — foram assinalados e capturados em diversas regiões de caça quando estavam a desenvolver a actividade na área que a organização reivindica estar sob sua influência, naquela região meridional do distrito de Matutuíne.

Os detidos foram feitos cativos em grupos de quatro, nove e seis elementos, em ocasiões e locais diferentes, segundo Hermínio Morais.

Eram portadores de diverso equipamento, nomeadamente sete armas de caça, três "AK-47", uma espingarda semi-automática do tipo "Siminov", duas pistolas, 14

carregadores de "AKM", cartuchos de vários calibres e três lanternas.

As três viaturas com tracção às quatro rodas em que se fizeram transportar estavam operacionais e na sexta-feira passada encontravam-se carregadas pelos detidos, de equipamento e respectivas armas e munições, já que as viaturas da ONUMOZ estão interditas de carregar material letal.

Entretanto, um comunicado recebido na manhã de ontem, na nossa Redacção, indica que o Conselho Nacional da Renamo esteve reunido

de 27 de Junho a 1 de Julho corrente, sem contudo indicar o local onde o evento teve lugar.

De acordo com o documento, o Conselho Nacional é o corpo político da Renamo com poderes para tomar decisões em conjunto com o Presidente da organização sobre assuntos políticos e económicos de Moçambique.

O órgão máximo da Renamo questiona vários aspectos ligados à altitude do Partido Frelimo perante a introdução do sistema multipartidário no país e delegou o líder do movimento para concertar posições com o partido no poder.

O Conselho Nacional da Renamo não fez nenhuma referência ao caso dos 19 detidos na base do movimento em Salamanga-Estatal, apesar de o incidente ter sido despoletado antes do início da reunião.

Acusação do Governo é absurda

— considera Vicente Ululu

O Secretário-Geral da Renamo, Vicente Ululu, considerou ontem de "absurda" a acusação feita no fim de semana pelo Governo moçambicano, de que a Renamo violou o Acordo de Paz ao ocupar a zona de Salamanga depois do Outubro do ano passado.

Em entrevista à AIM, Ululu vincou que «a Renamo está em Salamanga desde 1990, e que «é por isso mesmo que aquela zona não era transitável até à assinatura do Acordo de Paz» em Outubro passado.

O ano passado, a Comissão de Cessar-Fogo deslocou-se à Salamanga na sequência duma queixa do Governo, tendo aquele organismo concluído que a ocupação de Salamanga pela Renamo ocorreu depois do Acordo de Paz. Mas Ululu insistiu que não.

«Não concordo com essa acusação. É absurda. Até as organizações humanitárias que apoiam Moçambique sabem que nós estamos lá desde 1990. Sabem porque têm levado apoio para lá e têm lidado connosco e não com a Frelimo», disse Ululu.

Nas suas declarações, feitas via telefone, Ululu disse haver «todo um jogo de absurdismo» nas acusações que o Governo tem feito.

Sobra uma outra acusação do Governo, segundo a qual a Renamo violou também a cláusula do acordo que preconiza a livre circulação de pessoas em todo o país, «raptando» 19 pessoas naquele ponto do país, Ululu disse que a sua organização não raptou ninguém.

«Apenas prendemos as 19 pessoas porque estavam a...

Não há duas Renamo, mas apenas uma. Nós coordenamos e entre nós, antes de tomarmos qualquer decisão aqui em Maputo como em Maríngue. Somos apenas uma organização implantada em todo o país», disse.

Sobre se desta vez também tinha havido coordenação e porquê da anulação da decisão, Ululu afirmou não ter havido nenhuma anulação.

Contudo, deixou entender que a decisão de liberdade dos 19 indivíduos tinha sido tomada apenas pela representação de Maputo depois de ter se reunido com a delegação da ONUMOZ.

«Eles (Nações Unidas) contactaram-nos e vieram aqui na sede discutir connosco. Vimos que havia razão para os libertarmos e decidimos que assim fosse», disse.

Ululu esclareceu que a alteração desta ordem surgiu quando a sede da sua organização em Maríngue recebeu o relatório sobre a detenção das 19 pessoas, concluindo que havia necessidade de investigação.

Sobre se há hipóteses dos detidos virem a ser julgados pela Renamo e condenados, o Secretário-Geral daquele movimento disse que «não posso adiantar nada sobre isso».

Ele voltou a reafirmar a determinação da sua organização em manter sobre a sua administração todas as zonas do território moçambicano que durante a guerra foram caindo nas suas mãos.

«O acordo está claro nisso. Vamos administrar essas zonas até às eleições. Nesta fase do transição, seremos nós a...

NOTÍCIAS

6.7.93

A.2.6

1-126347

A Direcção

de não adjudicar as propostas que não atinjam valores mínimos era dia 13/7/93, pelas 14.00 horas.

OS

ar propostas em carta fechada até ao dia 12/7/93, com a designação

IO, E.E., na Avenida de Moçambique, km 6,5 — Caixa Postal, 2728

de tornar ferro (torno)	Taragnoa
e soldar	Nobart
	Welch